

ANÁLISE DA CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL LIBERADA COM RECURSOS DO BNDES NA COOPERATIVA SICREDI NA UNIDADE DE TANGARÁ DA SERRA - MT

Flávio Henrique Colla Leite¹

Laercio Juarez Melz²

Cleiton Franco³

RESUMO:

Os recursos oferecidos pelo Governo Federal, através do BNDES, atendem a muitos investimentos a produtores rurais no Brasil, onde estes recursos são utilizados para investimentos, custeio e comercialização da produção. Com o crescimento do setor rural, o governo criou diversas modalidades de crédito para financiamento, afim de atender a perspectiva de investimentos no setor e conseqüente aumento de produção. Este artigo teve por base uma análise da carteira de crédito rural da cooperativa Sicredi com recursos do BNDES de 2005 a 2010, onde através deste conseguiu identificar quais são as linhas de financiamentos oferecidas pela cooperativa Sicredi com recursos repassados (BNDES PSI; Procaminhoneiro; Moderagro; Moderinfra; Moderfrota; Propflora; Pronaf e Produsa), levantar as características dos principais tomadores e levantar os valores anualmente aplicados no setor por linha de financiamento. Conseguindo assim identificar quais as características dos financiamentos tomados por produtores rurais de Tangará da Serra. A realização deste artigo compreendeu uma análise documental dos relatórios oferecidos pela cooperativa Sicredi, em que através de relações entre os dados e de uma entrevista com colaboradores da cooperativa pode-se identificar alguns motivos que podem ter levado a oscilação de mercado para o aumento de financiamento de algumas modalidade e o decréscimo de outras. Portanto conclui-se que os financiamentos mais tomados no Sicredi no período analisado são de longo prazo, realizado por pessoas com menos tempo de associação, em que 29,35% do total são representados por grandes produtores.

Palavras chave: Cooperativismo de crédito. Produção rural. Investimento. Financiamento.

1. Introdução

A agropecuária sempre teve papel fundamental para o desenvolvimento da economia nacional, no entanto, mais importante ainda são os investimentos e incentivos criados pelo governo para o financiamento das atividades deste setor.

Conforme a Lei 5.662 de 21 de junho de 1952 fundou-se o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como autarquia, posteriormente, em 1971, passando a ser considerada empresa pública federal que hoje é a responsável pelos maiores

¹ Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da UNEMAT – Campus de Tangará da Serra, flaviocolla@gmail.com

² Mestre em Engenharia de Produção (UFSCar), Professor do Departamento de Ciências da UNEMAT – Campus de Tangará da Serra, laercio@unemat.br

³ Mestre em Economia (UFMT), Professor do Departamento de Ciências da UNEMAT – Campus de Tangará da Serra, cleitonfranco@unemat.br

investimentos do setor agropecuário do país. Em 2010 foi responsável por R\$ 5,4 bilhões em repasses realizados no ano, podendo ser considerado como o maior financiador das atividades agropecuárias do Brasil, ficando atrás somente dos recursos de Poupança Rural e Recursos Obrigatórios. O BNDES atua através da representação de instituições financeiras que realizam operações de crédito e financiam as atividades. (BACEN, 2011)

Segundo o Anuário Estatístico do Crédito Rural (2010), o Estado do Mato Grosso concedeu mais de R\$ 4,7 bilhões de reais, distribuídos em 39.726 contratos divididos entre investimento, custeio e comercialização dos produtos agropecuários em 2010. Entre estes financiadores atuam fortemente as cooperativas de crédito no mercado financeiro do Estado, e destas a Cooperativa Sicredi Sudoeste que atende a Mini, Pequenos, Médios e Grandes produtores. Esta classificação é: a) Mini produtor – É considerado o agente com renda bruta anual de até R\$ 150 mil; b) Pequeno produtor – É considerado o agente com renda bruta anual acima de R\$ 150 mil e até R\$ 300 mil; c) Médio produtor – É considerado o agente com renda bruta anual acima de R\$ 300 mil e até R\$ 1, milhão; c) Grande produtor – É considerado o agente com renda bruta anual acima de R\$ 1,9 milhão (TURIBIO, 2010).

Assim, frente às problematizações, elege-se como foco principal de investigação a seguinte pergunta: Quais as características dos principais financiamentos tomados por produtores rurais de Tangará da Serra no Sicredi?

Devido ao volume de créditos atendidos nacional e regionalmente através de recursos repassados, o objetivo deste artigo é fazer a análise da carteira de crédito da cooperativa Sicredi, com o intuito de verificar quais as características dos financiamentos (mini, pequeno médio e grande) tomados pelos produtores rurais de Tangará da Serra – MT com recursos do BNDES.

Para tanto, os objetivos específicos deste estudo foram: a) Levantar as características dos tomadores de empréstimo do Sicredi para as linhas de financiamento rural; b) Verificar quais características das linhas de crédito praticadas em Tangará da Serra pelo Sicredi; c) Levantar os valores anualmente aplicados por linha de crédito liberados pelo Sicredi de Tangará da Serra.

2. Referencial teórico

Segundo RIBEIRO (2005:21), “para ter credibilidade, um trabalho acadêmico deve fundamentar-se em teorias conhecidas, ou seja, “revisar” a literatura anteriormente publicada, apoiando-se assim em uma base sólida de conhecimentos e práticas conhecidas.”

2.1 Cooperativa

As cooperativas estão reguladas por lei especial em função de sua formação societária ser especial. Sua regência legal é a Lei 5.764, que assim define a cooperativa como uma sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica própria, de natureza civil, não sujeita a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades. (Meinen, p.50, 2002)

Em outras palavras, cooperativa é a unificação de trabalhos e serviços em prol do benefício do grupo participante. Sendo sua associação por iniciativa própria e de livre ingresso para pessoas com os mesmos interesses do grupo.

2.1.1 Cooperativas de Crédito

Conforme Schardong, (2002) cooperativas de crédito são formadas por poupadores ou tomadores de recursos financeiros, objetivando a obtenção de crédito para seus associados em condições melhores do que as oferecidas pelo mercado e chegou ao Brasil, trazido da Europa pelo Padre Theodor Amstad, com o objetivo de reunir as poupanças das comunidades de imigrantes e colocá-las a serviço do seu próprio desenvolvimento. Foi em Linha Imperial, município de Nova Petrópolis, que o Padre precursor constituiu formalmente a primeira Cooperativa da espécie, em 28 de dezembro de 1902.

2.1.1.1 Cooperativa de Crédito Sicredi

O sistema de crédito cooperativo Sicredi é composto de 120 cooperativas de crédito, distribuídas em 10 estados da federação: Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Tocantins, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Pará, Goiás. Essas cooperativas reúnem, entre os seus associados, cerca de 1,8 milhões de pessoas, que atuam em diferentes atividades econômicas como produtores, empresários e promotores (SICREDI, 2011).

Desde o início de sua trajetória o Sistema de Crédito Cooperativo Sicredi sempre trabalhou para estar mais próximo de seus associados, buscando melhorar a qualidade de vida de cada um deles e das partes. Com o passar do tempo, foi essa relação de proximidade que

acabou se tornando o principal diferencial do sistema. É por isso que se pode dizer que mais do que Sistema de Crédito Cooperativo, o Sicredi é uma organização de pessoas que preserva o relacionamento como principal ferramenta para conquistar resultados (SICREDI, 2011).

Para atender às necessidades dos associados das Cooperativas de Crédito com maior agilidade e segurança, foram criadas outras organizações que também fazem parte do sistema. São empresas corporativas que garantem produtos e serviços com especialidades, qualidades e ganhos de escala as cooperativas de crédito. Com a visão de "ser reconhecido pela sociedade como instituição financeira cooperativa, com excelência operacional e de gestão, voltada para o desenvolvimento econômico e social", as cooperativas de crédito do Sicredi atuam na captação, administração e empréstimo de recursos financeiros e prestação de serviços, agregando renda aos seus associados. (SICREDI, 2011).

A cooperativa de Crédito de Livre Admissão de associados do Sudoeste de Mato Grosso, Sicredi Sudoeste MT, foi fundada em 31 de março de 1989, na cidade de Tangará da Serra, como cooperativa de crédito rural, dando início a suas atividades em 21 de Setembro de 1989. No ano de 1997 passando a fazer parte do Sistema de Crédito Cooperativo, com origem no Rio Grande do Sul (ESTATUTO SOCIAL, da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sudoeste de Mato Grosso).

Percebendo uma grande evolução de mercado, com uma expectativa de crescimento e metas arrojadas, no ano de 2007 deixou de ser considerada como cooperativa de crédito rural, passando a atender como cooperativa de crédito de livre admissão, possibilitando que um maior número de pessoas pudessem se associar a cooperativa, proporcionando assim um maior crescimento e melhor atendimento de seus associados (ESTATUTO SOCIAL, da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sudoeste de Mato Grosso).

2.2 BNDES

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), empresa pública federal, é hoje o principal instrumento de financiamento de longo prazo para a realização de investimentos em todos os segmentos da economia, em uma política que inclui as dimensões social, regional e ambiental (BNDES, 2011).

Desde a sua fundação, em 1952, o BNDES se destaca no apoio à agricultura, indústria, infra-estrutura, comércio e serviços, oferecendo condições especiais para micro, pequenas e médias empresas. O Banco também vem implementando linhas de investimentos sociais,

direcionados para educação e saúde, agricultura familiar, saneamento básico e transporte urbano (BNDES, 2011).

O apoio do BNDES se dá por meio de financiamentos a projetos de investimentos, aquisição de equipamentos e exportação de bens e serviços. Além disso, o Banco atua no fortalecimento da estrutura de capital das empresas privadas e destina financiamentos não reembolsáveis a projetos que contribuam para o desenvolvimento social, cultural e tecnológico (BNDES, 2011).

2.2.1 Linhas de Crédito do BNDES

Os financiamentos do BNDES se dão de forma direta, onde o associado busca recursos diretamente com a instituição do governo e de forma indireta, através da representação de instituições financeiras públicas e privadas, onde realiza financiamentos de longo prazo, subscrição de valores mobiliários e prestação de garantia, atuando por meio de produtos e fundos, conforme a modalidade e característica da operação. A critério do Banco, um projeto de investimento pode se beneficiar de combinação de linhas de financiamento, de um mesmo ou de diferentes produtos, de acordo com o segmento, a finalidade do empreendimento e os itens a serem apoiados (SICREDI, 2011).

As contratações de operações com recursos do BNDES podem ser de forma automática ou não automática, onde a primeira é correspondente a financiamentos sem consulta prévia ao Banco, seguindo as condições estabelecidas para o programa/produto e a segunda para quando o financiamento é contratado a partir de consulta prévia ao BNDES, pois precisa de condições diferentes das estabelecidas para o programa/produto. Esse programa será encaminhado com justificativa ao BNDES e, se aprovado, será expedido a autorização com prazo de validade, critérios e condições de financiamento (SICREDI, 2011).

2.2.1.1 Linhas do BNDES no Sicredi

De forma a oferecer recursos oriundos do BNDES, o Sicredi acessa algumas linhas de crédito disponíveis pelo Banco, sendo elas: Procaminhoneiro; Moderagro; Moderfrota; Moderinfra; BNDES PSI Agropecuário; Propflora; Pronaf e Produsa (SICREDI, 2011).

2.2.1.2 BNDES PSI

Esta linha de crédito disponibilizada pelo Sicredi tem como objetivo financiar a produção e a aquisição isolada de máquinas e equipamentos novos, inclusive agrícolas,

ônibus, caminhões, chassis, caminhões-tratores, carretas, cavalos-mecânicos, reboques, semi-reboques, aí incluídos os tipo tanques e afins, novos; fabricados no país, credenciados no BNDES; a aquisição de máquinas e equipamentos novos, fabricados no país, credenciados no BNDES no âmbito de projeto de investimento; a aquisição daqueles bens destinados a operações de arrendamento mercantil; e o capital de giro associado à aquisição isolada de máquinas e equipamentos. (BNDES, 2006c)

A linha BNDES PSI oferece taxas de juros que variam de 4,5% a 7,0% ao ano, sendo que dependendo do item financiado e de acordo com o porte da empresa, o limite de financiamento pode variar de 80% a até 100% do valor total do bem adquirido. (BNDES, 2006c)

2.2.1.3 Procaminhoneiro

Tem por objetivo o atendimento aos associados que desejam adquirir caminhões, chassis, caminhões-tratores, carretas, cavalos-mecânicos, reboques, semi-reboques e carrocerias para caminhões novos e usados de fabricação nacional. (BNDES, 2010a)

Poderão ser beneficiários deste programa pessoas físicas residentes e domiciliadas no país, empresários individuais ou microempresas do segmento de transporte rodoviário de carga, com renda anual igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais). (BNDES, 2010a)

A taxa de juros correspondente ao Procaminhoneiro pode ser fixa ou variável, onde para a primeira será de 4,5% ao ano e a variável corresponderá ao somatório de custo financeiro, remuneração básica do BNDES e Remuneração da instituição financeira credenciada. (BNDES, 2010a)

2.2.1.4 Moderagro

A linha Moderagro que significa Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais é o programa que disponibiliza recursos para o financiamento de projetos destinados aos diversos setores da pecuária, floricultura, fruticultura e horticultura. Possui como objetivo principal o apoio ao desenvolvimento da produção de espécies de frutas com potencial mercadológico interno e externo e fomentar os setores da apicultura, aquicultura, pesca, avicultura, floricultura etc. (BNDES, 2010b)

A taxa de juros adequada a esta modalidade é fixa em 6,75% ao ano, sendo que a operação pode ter um prazo de 120 meses quando se tratar de operação relativas as atividades de suinocultura ou avicultura e até 96 meses nos demais casos. (BNDES, 2010b)

2.2.1.5 Moderfrota

A linha Moderfrota é o programa que disponibiliza recursos para o financiamento de tratores, colheitadeiras e implementos novos ou usados e equipamentos para o preparo, secagem e beneficiamento do café. (BNDES, 2010c)

Como principal característica atrativa, a linha Moderfrota apresenta as formas de pagamentos, que podem ser Semestrais ou Anuais. Possui valor mínimo de financiamento de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) e o valor máximo de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) para aquisição que pode variar de acordo com o tipo de associado, bem a ser adquirido, tempo da operação e etc. O limite de financiamento se dá em 90% do valor total do bem. (BNDES, 2010c)

2.2.1.6 Moderinfra

Moderinfra é o programa de incentivo a irrigação, armazenagem e à proteção da fruticultura contra a incidência de granizo. Disponibiliza recursos para o desenvolvimento da agricultura irrigada, sustentável tanto economicamente quanto ambientalmente, para a ampliação da capacidade de armazenamento de propriedade rural e para apoiar a fruticultura em regiões de clima temperado contra a incidência de granizo. (BNDES, 2010d)

Com o Moderinfra, busca-se minimizar os riscos de produção, possibilitar o aumento da oferta de alimento para os mercados internos e externos, ampliar a capacidade de armazenamento nas propriedades rurais e apoiar a fruticultura em regiões de clima temperado contra incidência de granizo. (BNDES, 2010d)

Beneficia produtores rurais pessoa física, jurídica ou cooperativa de produtores rurais com investimentos fixos e semi-fixos relacionados com todos os itens inerentes aos sistemas de irrigação, armazenagem e proteção da fruticultura contra a incidência de granizo, inclusive as cercas de sustentação dessas estruturas, contemplando implantação, ampliação, reforma ou recuperação, adequação ou modernização desses itens de forma coletiva ou individual. (BNDES, 2010d)

Esta linha apresenta limite mínimo de financiamento de R\$ 1.000,00 (Um mil reais) e máximo de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais), sendo que podem ser beneficiados até

100% dos itens financiados. Dependendo ainda da extensão do projeto, a operação poderá ter uma duração de até 144 meses, com uma carência de até 36 meses. (BNDES, 2010d)

2.2.1.7 Propflora

Propflora é o programa de plantio comercial e recuperação de florestas. É o programa do BNDES para disponibilização de recursos ao financiamento de projetos de plantio e recuperação de florestas. (BNDES, 2010e)

Possui como objetivos principais a implantação e manutenção de florestas destinadas ao uso industrial (siderúrgica, serrarias, papel e celulose); recomposição e manutenção de áreas de preservação e reserva florestal legal; implantação e manutenção de espécies florestais para a produção de madeira destinada a produção de carvão vegetal; implantação de projetos agroflorestais (agricultura, consorciada com florestas) e implantação e manutenção de florestas de dendezeiro. (BNDES, 2010e)

Os beneficiários desta linha podem ser produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas, cooperativas de produtores rurais e associações de produtores rurais que desejam fazer investimentos fixos ou semi-fixos, inclusive os relacionados ao sistema de exploração denominado manejo florestal, implantação de viveiros de mudas florestais e custeio de projetos de investimentos, limitado a 35% do valor do investimento, relacionado com gastos de manutenção no segundo, terceiro e quarto anos. (BNDES, 2010e)

Este programa possui o limite mínimo de atendimento por associado de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) e máximo de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), onde é admitida a concessão de mais de um financiamento para o mesmo associado, em cada ano, desde que a atividade assistida exija e que o somatório não ultrapasse o limite máximo exposto acima. (BNDES, 2010e)

2.2.1.8 Pronaf

O Pronaf é o programa de apoio ao desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar como segmento gerador de postos de trabalho e renda. Disponibiliza recursos aos financiamentos dos produtores familiares em suas diversas atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvida na área rural ou fora dela. (BNDES, 2006a)

Esta é a linha de crédito específica para produtores familiares, que se divide em três subgrupos, sendo elas:

- Pronaf Mais alimentos que é destinada ao financiamento de projetos para produção armazenagem e transportes de açafrão, arroz, café, cana-de-açúcar, centeio, erva mate, feijão, mandioca, milho, soja, sorgo, trigo, fruticultura, palmeiras para produção de pamito, olericultura, apicultura, aquíicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura.
- Pronaf Mulher que é destinado ao atendimento de propostas de crédito de mulher agricultora, conforme projeto técnico ou proposta simplificada.
- Pronaf convencional que é destinado aos investimentos de implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços agropecuários no estabelecimento comercial ou em áreas comunitárias rurais próximas. (BNDES, 2006a)

Por ser a linha de financiamento de incentivo a agricultura familiar, esta linha de crédito não permite o financiamento da mão de obra do próprio agricultor, seja, do proponente da operação, ou do seu núcleo familiar, seja de funcionários do proponente. São passíveis de financiamento através do Pronaf os seguintes itens: Construção e reforma ou ampliação de benfeitorias e instalações permanentes; Obras de irrigação, açudagem, drenagem, proteção e recuperação do solo; Desmatamento e destoca, florestamento, reflorestamento; formação ou recuperação de pastagens; Veículos de carga, automotores, elétricos ou de tração animal, adequados as condições rurais, e etc. (BNDES, 2006a)

O programa Pronaf Mais alimentos disponibiliza financiamentos com limite mínimo de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) até R\$ 130.000,00 (Cento e trinta mil reais) com encargos de 2% ao ano. Já o programa Pronaf Convencional e Pronaf Mulher, o valor do financiamento oscila de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) até R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) onde os encargos do financiamento também oscilam de 1% a até 4% ao ano de acordo com o valor tomado. (BNDES, 2006a)

2.2.1.9 Produsa

Produsa é o programa do BNDES que significa Programa de Estimulo a Produção Agropecuária Sustentável. Com enfoque ambiental, o Produsa assume o papel relevante à necessidade de expansão da produção com controle de avanço sobre biomas naturais por lavouras ou pecuárias, dadas as limitações da legislação ambiental e a necessidade de evitar o aumento da emissão de gases de efeito estufa.

O Produsa é sustentado por dois objetivos principais, sendo o primeiro, estimular a recuperação de áreas degradadas, inclusive pastagens, reinserindo-as no processo produtivo, fomentando a adoção de sistemas sustentáveis, conforme a legislação ambiental e por segundo, expandir a produção da pecuária e agrícola sem necessidade de aumentar a área de pastagens e evitar desmatamentos e avanços sobre o bioma amazônico. (BNDES, 2010)

Para ser atendido pela linha Produsa, o associado precisa estar enquadrado como produtor rural, pessoa física ou jurídica ou como cooperativa de produtores rurais. Tem como limite de financiamento, até R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais) por beneficiário para projetos produtivos destinados a recuperação de áreas degradadas e de até R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais) por beneficiário para os demais casos de financiamento. É uma linha que oferece como prazo máximo para a operação de 60 a até 144 meses, dependendo da destinação do crédito, podendo ter até 36 meses de carência. (BNDES, 2010)

3. Metodologia

Esta pesquisa tem a sua característica como sendo bibliográfica, podendo ser classificada quanto aos seus objetivos como pesquisa quantitativa, pois através da análise de documentos fornecidos pela Cooperativa Sicredi, em que ao aplicar formulas e efetuar relações entre os dados, consegue-se descrever as características da linha de crédito e dos tomadores de crédito na Cooperativa Sicredi com recursos do BNDES na agencia de Tangará da Serra - MT.

Quanto aos meios propostos por Vergara (2007), os procedimentos tratam-se de estudo de caso descritivo, pois foi feita a análise detalhada sobre os valores liberados nas modalidades acima citadas, onde através destes dados, pode-se verificar a quantidade de inadimplência na carteira, endividamento e elaborar relações da estratificação do crédito operado na Cooperativa.

Foram realizadas análises de documentos referentes à concessão de crédito da Cooperativa Sicredi entre os anos de 2005 e 2010, onde através de relações e aplicações estatísticas pode-se demonstrar alguns índices importantes para a análise de resultados e evolução do crédito rural investido com recursos repassados na região de Tangará da Serra - MT.

Através desta análise pode-se verificar quais as características das linhas de crédito praticadas em Tangará da Serra – MT, conseqüentemente apontando as características dos associados mais atendidos. Foram demonstradas suas principais características e relacionando

os créditos mais concedidos com o perfil dos associados mais atendidos. Levantando ainda os valores anualmente aplicados por linha de crédito, demonstrando a evolução de volume de créditos concedidos conforme os anos de atuação da cooperativa. Foram realizadas entrevistas com agentes da instituição financeira encarregados das modalidades de financiamento analisadas.

4. Discussão dos Resultados

Para demonstração dos resultados, foram aplicadas algumas fórmulas estatísticas que demonstram matematicamente o problema citado, tendo como objetivo apontar as principais características dos financiamentos tomados por produtores rurais de Tangará da Serra – MT.

Em busca da demonstração do comportamento das características que levam o credor a concessão de maior ou menor valor financiado de crédito rural, via programas com recursos repassados pelo BNDES rural, apresentam-se na Tabela 01 as estatísticas descritivas das variáveis da amostra.

Tabela 1 - Estatística descritiva das variáveis da amostra dos contratos de concessão de crédito com recursos do BNDES

Variável	Unidade	Estatística Descritiva 2005 - 2010		
		Média	Mínimo	Máximo
Valor Financiado	RS	105.798,74	7.500,00	618.200,00
Renda Bruta	RS	1.898.130,56	9.400,00	9.340.302,62
Tempo de Associação	Meses	80,21	4	216
Área de Produção	Hectares	1.952,44	0,9	13.206,35

Fonte: dados da pesquisa

Observa-se que a variável valor financiado apresentou em valores correntes a média de R\$ 105.798,74, tendo como seu ponto máximo R\$ 618.200,00 e como ponto mínimo, R\$ 7.500,00.

Sobre a observação da renda bruta, em valores correntes, esta apresentou média de R\$ 1.898.130,56, tendo como participação máxima e mínima de R\$ 9.340.302,62 e R\$ 9.400,00, respectivamente. Considerando o tempo de associação, pode-se perceber que dos associados atendidos com recursos do BNDES na Cooperativa Sicredi, possuem em média 80,21 meses

de associação com a cooperativa, onde o mínimo é 12 meses e máximo 216 meses, demonstrando que a cooperativa atende a associados com tempo considerável de associação.

Entretanto, conforme explicado anteriormente, ocorre a divisão dos produtores conforme sua renda média anual, isto é: mini produtor (com renda até R\$ 150 mil anuais); pequeno produtor (com renda entre R\$ 150 mil a R\$ 300 mil anuais); médio produtor (com renda entre R\$ 300 mil a R\$ 1,9 milhão anuais); e Grande produtor (com renda acima de R\$ 1,9 milhão anuais). A Tabela 2 demonstra essa classificação na amostra.

Tabela 2 - Classificação da amostra de acordo com a renda do produtor

Tipo de produtor	Quantidade de Contratos	Participação no total de contratos (%)	Valor Financiado Real (R\$)	Participação no Total do Valor Financiado Real (%)
Grande Produtor	31	33,69%	5.609.582,85	57,63%
Médio Produtor	20	21,73%	1.911.860,98	9,64%
Pequeno Produto	3	3,26%	205.100,00	2,10%
Miniprodutor	38	41,30%	2.006.940,57	20,61%
Total	92	100,00%	9.733.484,40	100,00%

Fonte: dados da pesquisa.

Observa-se que a maioria dos contratos da amostra (41,30%) é caracterizada como Mini produtores, sendo seguido pelos Grandes produtores (33,69%), Médios produtores (21,73%) e Pequenos produtores (3,26%). Entretanto, os Grandes e Mini produtores possuem as maiores participações em relação à disponibilidade de recursos financiados, 57,63% e 20,61%, respectivamente. E atentando-se a participação do resto dos participantes, o Médio produtor representa 19,64%, e o Pequeno produtor não chega a alcançar 10%, sendo representado por 2,10% de toda a amostra de produtores.

Em caso de grau de endividamento muito elevado, repassa aos credores a possibilidade de dificuldades para a quitação do débito dentro do prazo programado em contrato, a ponto de o produtor rural ser obrigado, no mínimo, a gerar o mesmo nível de renda em todo o período contratual, independente da vinculação da renda rural aos ciclos produtivos, e a possibilidade de interferência de eventos não controlados pelo ser humano. Assim, o nível de participação do valor financiado, na renda bruta é desejável que não seja muito baixo. Na medida em que ocorre esse fato, demonstrará o acontecimento de excesso de

disponibilidade, ou seja, perda financeira pela não aplicação de recurso. A tabela 3 demonstra com maiores detalhes esta relação.

Tabela 3 - Participação do Valor Financiado Real na Renda Bruta Real de acordo com o tipo de produtor

Porcentagem de Participação	Tipo de Produtor				Total	Total (Acumulado)
	Grande	Médio	Pequeno	Mini		
Até 10%	0,00%	0,00%	0,00%	7,61%	7,61%	7,61%
Entre 10% e 20%	29,35%	5,43%	1,09%	1,09%	36,96%	44,57%
Entre 20% e 30%	3,26%	9,78%	0,00%	3,26%	16,30%	60,87%
Entre 30% e 40%	0,00%	0,00%	0,00%	1,09%	1,09%	61,96%
Entre 40% e 50%	0,00%	0,00%	0,00%	3,26%	3,26%	65,22%
Entre 50% e 60%	1,09%	3,26%	0,00%	2,17%	6,52%	71,74%
Entre 60% e 70%	0,00%	1,09%	1,09%	5,43%	7,61%	79,35%
Entre 70% e 80%	0,00%	0,00%	0,00%	2,17%	2,17%	81,52%
Entre 80% e 90%	0,00%	1,09%	1,09%	1,09%	3,26%	84,78%
Entre 90% e 100%	0,00%	0,00%	0,00%	6,52%	6,52%	91,30%
Entre 100% e 150%	0,00%	1,09%	0,00%	4,35%	5,43%	96,74%
Entre 150% e 200%	0,00%	0,00%	0,00%	1,09%	1,09%	97,83%
Acima de 200%	0,00%	0,00%	0,00%	2,17%	2,17%	100,00%
TOTAL	33,70%	21,74%	3,26%	41,30%	100,00%	-

Fonte: dados da pesquisa.

Observa-se que 36,96% dos contratos se encontram com o coeficiente de participação entre 10% e 20%. No entanto, se for observada mais atentamente a tabela 03, conclui-se que 34,78% da amostra possui o valor financiado correspondendo a mais de 50% da renda bruta anual. Esta relação é evidenciada ainda mais quando se examinar o grupo de mini produtor. Neste grupo, os contratos com mais de 50% de participação do valor financiado em relação a renda bruta anual representa sozinho 25% do total dos contratos pertinentes ao grupo.

Deste modo, o grupo que, em tese, teria menor capacidade de pagamento, é a que mais compromete o total da renda anual. Pode-se descrever que existe a tendência de grande parte desses produtores em ter dificuldades em relação à adimplência dos débitos em tempo hábil. No entanto conforme a tabela 4 apresentada abaixo pode-se concluir que apesar de um alto comprometimento da receita bruta, é um grupo que não encontra-se inadimplente na carteira da cooperativa no período analisado.

Tabela 4 - Análise quantitativa da situação de inadimplência de contratos em relação ao tipo de produtor

Variável	Inadimplente	Liquidado	Normal	Total
Grande produtor	0	7	24	31
Médio produtor	2	2	16	20
Pequeno produtor	0	2	1	3
Mini produtor	0	2	36	38
Total:	2	13	77	92

Fonte: dados da pesquisa

Percebe-se que existem somente dois contratos que encontram-se inadimplentes no período analisado que pertencem a faixa de classificação dos médios produtores.

Destaca-se também que por se tratarem de linhas de financiamentos que podem ter um período de carência de até 96 meses, dependendo da linha operada, alguns títulos analisados podem não ter a sua primeira parcela vencida ainda, e conseqüentemente o título irá constar como situação normal.

Em sequencia, foi apresentada a variável tempo de associação, a qual apresentou uma média de 80,21 meses, tendo como tempo máximo nesta cooperativa de 216 meses e o tempo mínimo, de 4 meses. Nesta amostra foi verificada que a maior parte dos associados operantes nesta carteira estão classificados em operações para até 150 meses de associação. A tabela 5 descreve esse comportamento, conforme o grupo de produtores.

Tabela 5 - Distribuição do numero de contratos segundo o tempo de associação e o tipo de produtor

Tipo de produtor	Tempo de Associação					Total Finaciado
	1 a 50 meses	51 a 100 meses	101 a 150 meses	151 a 200 meses	Acima de 200 meses	
Grande	15,22%	6,52%	3,26%	7,61%	1,09%	33,70%
Médio	7,61%	10,87%	1,09%	2,17%	0,00%	21,74%
Pequeno	1,09%	1,09%	1,09%	0,00%	0,00%	3,26%
Mini	16,30%	13,04%	3,26%	8,70%	0,00%	41,30%
Total	40,22%	31,52%	8,70%	18,48%	1,09%	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se que a maioria dos contratos possuía tempo de clientela de 1 a 50 meses (40,22%), sendo seguido pelo grupo de 51 a 100 meses (31,52%), de 151 a 200 meses (18,48%), de 101 a 150 meses (8,70%) e por ultimo acima de 200 meses (1,09%).

A tabela 6 continua a trazer descrição da variável tempo de associação, mas na ótica da visualização da sua comparação com o valor financiado e o tipo de produtor. Assim como demonstrado na quantidade de contratos, a tabela 6 comprova que o valor financiado relacionado ao tempo de clientela também possui maior volume para associados com até 150 meses, responsável por 74,93% do total de contratos. O grupo de produtores de 1 a 50 meses de associação foi responsável por 45,61% do total financiado, sendo seguido pelos de produtores com tempo de clientela: 151 a 200 meses (23,78%); de 51 a 100 meses (21,66%); de 101 a 150 meses (7,66%); e acima de 200 meses (1,28%) (Tabela 6).

Tabela 6 - Distribuição do valor financiado segundo o tempo de associação e o tipo de produtor

Tipo de produtor	Tempo de Associação					Total Finaciado
	1 a 50 meses	51 a 100 meses	101 a 150 meses	151 a 200 meses	Acima de 200 meses	
Grande	26,94%	10,12%	4,43%	14,86%	1,28%	57,63%
Médio	9,55%	7,08%	0,54%	2,47%	0,00%	19,64%
Pequeno	0,89%	0,18%	1,03%	0,00%	0,00%	2,11%
Mini	8,22%	4,28%	1,66%	6,46%	0,00%	20,62%
Total	45,61%	21,66%	7,66%	23,78%	1,28%	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa

Produtores com mais tempo de associação geralmente possuem maior tradição na carteira de crédito, onde já operaram com financiamentos de custeios e investimentos. E já conhecem os procedimentos bancários da instituição operante, assim como a instituição possui informações dos outros anos safras e informações relevantes para análise da operação deste associado.

Utilizando a variável área de produção, apresenta-se área média de 1.952,44 ha, tendo sua área máxima 13.206,75 ha e área mínima de 0,9 ha. A tabela 7 demonstra esta análise.

Tabela 7 - Distribuição do numero de contratos de acordo com a área de produção e o tipo de produtor

Tipo de produtor	Área de produção					Total Finaciado
	1 a 500 hectares	501 a 1000 hectares	1001 a 1500 hectares	1501 a 2000 hectares	Acima de 2000 hectares	
Grande	5,43%	0,00%	6,52%	1,09%	20,65%	33,70%
Médio	9,78%	5,43%	0,00%	1,09%	5,43%	21,74%
Pequeno	2,17%	0,00%	0,00%	0,00%	1,09%	3,26%
Mini	36,96%	2,17%	0,00%	0,00%	2,17%	41,30%
Total	54,35%	7,61%	6,52%	2,17%	29,35%	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa

O grupo de 1 a 500 hectares apresentou o maior volume de contratos, representado por 54,35% do total, seguido por acima de 2000 hectares com 29,35% e os outros que não chegaram a 10% do total.

Tabela 8 - Distribuição do valor financiado real de acordo com a área de produção e o tipo de produtor

Tipo de produtor	Área de produção					Total Finaciado
	1 a 500 hectares	501 a 1000 hectares	1001 a 1500 hectares	1501 a 2000 hectares	Acima de 2000 hectares	
Grande	9,42%	0,00%	11,92%	4,09%	32,20%	57,63%
Médio	4,44%	5,86%	0,00%	1,03%	8,31%	19,64%
Pequeno	1,08%	0,00%	0,00%	0,00%	1,03%	2,11%
Mini	18,50%	0,63%	0,00%	0,00%	1,49%	20,62%
Total	33,44%	6,49%	11,92%	5,12%	43,03%	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa

Diante da tabela 8, destaca-se a importância da área de produção como garantia ao produtor. Percebe-se que o maior volume operado está entre os grandes produtores e com áreas acima de 2000 ha, representado por 32,20%. E que a maior concentração dos valores financiados também encontram-se na faixa acima de 2000 ha, seguido por de 1 a 500 ha com 33,44% e para 1001 a 1500 ha com 11,92% e pelos demais que não atingiram 10% do total.

Por fim, demonstra-se através da tabela 9, o total operado na carteira distribuídos por modalidades e por ano. Diante desta destaca-se a evolução no volume operado na carteira de acordo com o passar dos anos, onde em 2005 está com R\$ 234.400,00 e chega em 2010 com R\$ 5.357.209,66, o que demonstra uma evolução de 2.285,49% de valores operados na carteira.

Tabela 9 - Distribuição do valor financiado por modalidade e por ano contratado (Valores em R\$)

Tipo de produtor	Ano contratado					Total	
	2005	2006	2007	2008	2009		
Finame PSI	0,00	0,00	82.000,00	0,00	565.000,00	2.533.925,85	3.180.925,85
Moderagro	100.000,00	400.000,00	915.000,00	708.947,47	0,00	0,00	2.123.947,47
Moderfrota	134.400,00	0,00	0,00	18.970,27	471.200,00	0,00	624.570,27
Moderinfra	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Procaminhoneiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	506.700,00	506.700,00
Produsa	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	974.791,54	1.074.791,54
Pronaf	0,00	0,00	90.000,00	90.000,00	76.500,00	1.341.792,27	1.598.292,27
Propflora	0,00	0,00	0,00	0,00	624.257,00	0,00	624.257,00
Total:	234.400,00	400.000,00	1.087.000,00	817.917,74	1.836.957,00	5.357.209,66	9.733.484,40

Fonte: Dados da pesquisa

A linha de crédito mais operada conforme a tabela 9, é o Finame PSI com um volume de R\$ 3.180.925,85, seguido pelo Pronaf com R\$ 1.598.292,27, Produsa com R\$ 1.074.791,54 e pelos demais que não atingiram 1 milhão de volumes operados.

De acordo com a região analisada e com as estatísticas demonstradas, percebe-se uma grande evolução na carteira de crédito da cooperativa para a linha Pronaf do ano de 2009 para 2010, com uma evolução de 1753,97% na carteira. Conforme citado neste trabalho, trata-se de um programa que visa disponibilização de recursos ao financiamento de investimentos a produtores familiares em suas diversas atividades agropecuárias. Com isso percebemos o potencial deste mercado na região de Tangará da Serra – MT, com trabalhadores que possuem atividade agrícola familiar em diversos setores.

5. Conclusão

Observando os dados, pode-se concluir que houve uma grande evolução no volume de contratos e valores concedidos de 2005 a 2010 com recursos repassados pelo BNDES através da cooperativa Sicredi de Tangará da Serra – MT.

Já considerando o comprometimento da receita, percebe-se que 53,26% do total comprometem de 10% a 30% da receita total. E onde acontece a maior dispersão do comprometimento entre todas as faixas analisadas fica com o perfil dos mini produtores que chegam a comprometer até mesmo mais de 200% do total da receita. É importante ressaltar que o Sicredi possui além da renda do associado, outros critérios que são avaliados para concessão de crédito como: endividamento total; tradição; conglomerado; devoluções; patrimônio e garantias. Ainda que para a análise de propostas de crédito rural não existe uma regra específica que regulamenta o limite de concessão para produtores rurais, onde o valor para operacionalizar depende da destinação do crédito e dos fatores citados acima.

Atendendo ao objetivo final do trabalho, percebe-se que a modalidade que possui o maior volume de crédito repassado é o Finame PSI, com mais de 3,8 milhões de reais acumulado entre 2005 e 2010. Em que os maiores tomadores de crédito (mini, pequeno, médio e grande) nesse período são representados pelos grandes produtores, com um volume de 5,6 milhões de reais tomados. No entanto percebe-se que o maior volume de contratos neste período, pertence aos mini produtores que ficam com um total de 41,30% dos contratos efetuados no mesmo período.

Portanto conclui-se que os financiamentos mais tomados no Sicredi no período analisado são de longo prazo, em que a tabela 4 deixa isso evidente, onde 79 dos 92 contratos

analisados ainda estão em andamento na carteira. A maioria destes financiamentos são tomados por pessoas com menos tempo de associação, sendo de 1 a 50 meses que representa 40,22% do total de empréstimos tomados. Estes financiamentos comprometem cerca de 36,96%, entre 10% e 20% da receita total dos tomadores de crédito, onde 29,35% destes são representados por grandes produtores.

Referência bibliográfica

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da Pesquisa**: São Paulo: Atlas,2004.

BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Histórico**. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/institucional/O_BNDES/A_Empresa/>. Acesso em 25.04.2011.

_____, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. 2006a. **Circular nº 198 de 18 de Agosto de 2006 do BNDES**: dispõe sobre as normas reguladoras do produto Pronaf. Mimeo.

_____, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. 2006c. **Carta Circular nº 197 de 18 de Agosto de 2006 do BNDES**. dispõe sobre as normas reguladoras do produto Sustentação do Investimento (BNDES PSI). Mimeo.

_____, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. 2010a. **Circular nº 54 de 04 de Novembro de 2010 do BNDES**. dispõe sobre as normas reguladoras do produto BNDES Procaminhoneiro. Mimeo.

_____, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. 2010b. **Circular nº 16 de 16 de Julho de 2010 do BNDES**. dispõe sobre as normas reguladoras do produto Moderagro. Mimeo.

_____, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. 2010c. **Carta Circular nº 17 de 16 de Julho de 2010 do BNDES**. dispõe sobre as normas reguladoras do produto Moderfrota. Mimeo.

_____, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. 2010d. **Circular nº 18 de 16 de Julho de 2010 do BNDES.** dispõe sobre as normas reguladoras do produto Moderinfra. Mimeo.

_____, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. 2010e. **Circular nº 19 de 16 de Julho de 2010 do BNDES.** dispõe sobre as normas reguladoras do produto Propflora. Mimeo.

_____, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. 2010f. **Circular nº 20 de 16 de Julho de 2010 do BNDES.** dispõe sobre as normas reguladoras do produto Produsa. Mimeo.

MARTINS, Gilberto de Andrade. THEÓPHILO, Carlos Renato. (2007). **Metodologia da Investigação Científica para ciências sociais aplicadas.** São Paulo: Atlas.

MCR – **Manual de Crédito Rural**, caps. 10 e 13. (2006) Pesquisa em 01/2007; Disponível em www.bcb.gov.br

MEINEN, Ênio. **Aspectos Jurídicos do Cooperativismo.** – 1. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002.

RIBEIRO, Magno Alves. **Manual Para Elaboração e Apresentação de Monografias.** 1 ed. Tangará da Serra/MT: Sanches 2005.

SCHARDONG, Ademar; **Cooperativa de Crédito, instrumento de Organização Econômica da Sociedade.** 2 ° Edição, Porto Alegre: Editora Rigel, 2003.

SICREDI. **Histórico.** Disponível em: <<http://www.sicredi.com.br/historico/index.html>>. Acesso em 25.04.2011.

TURIBIO, Tulio Cesar da Fonseca. **Análise da Concessão de Crédito Rural Via FCO Rural aos Produtores no Estado de Mato Grosso.** Dissertação [Mestrado em agronegócios e desenvolvimento regional], Cuiabá: UFMT, 2010.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.